

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Estudo Técnico Preliminar 10/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23520.002259/2026-69

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigia, com dedicação exclusiva de mão de obra, para todas as unidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

A Comissão de Planejamento da Contratação designada pela Portaria PROAD/UFOB nº 025, de 03 de março de 2026, elaborou os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) da presente contratação, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, em conformidade com o disposto no **Art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022**, visando à análise de viabilidade e levantamento dos elementos essenciais para o Termo de Referência.

Os Estudos Técnicos Preliminares têm como objetivo promover a discussão em relação a uma necessidade existente com vistas a encontrar a solução mais adequada às necessidades da administração e demais variáveis envolvidas, tais como: o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição e as opções do mercado.

Atualmente a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) possui contrato para a prestação de serviços de segurança patrimonial por meio de postos de vigias diurnos e noturnos, com atuação nas áreas internas e externas da Reitoria e dos cinco Campi da UFOB, os quais estão distribuídos nos municípios de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães, Barra e Santa Maria da Vitória. Contudo, a vigência do referido contrato se encerra em abril de 2026 e a empresa encontra-se com impedimento de licitar, tornando a demanda por um novo procedimento licitatório urgente sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

O processo atual encontra-se em tramitação buscando uma prorrogação emergencial que, pelo menos, garanta a continuidade do serviço até a finalização do novo certame.

A nova contratação busca a terceirização do serviço de vigias diurnos e noturnos para atendimento das necessidades da UFOB e encontra amparo legal no Decreto nº 9.507/2018 e no **Decreto nº 10.193/2019**, sendo corroborada pela inexistência de força de trabalho própria para tal fim, conforme Lei nº 9.632/1998 e o Decreto nº 9.262/2018, que dispõe sobre a extinção de cargos vagos e veda a abertura de novos concursos para estas categorias no âmbito da Administração Pública Federal.

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, poderá ser alcançada pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório, cujo fator preponderante certamente será a proposta mais vantajosa para a administração, qual seja, aquela que ofertar o menor preço e satisfazer todas as exigências do edital. Desta forma, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela empresa, cuja escolha recairá naquela que apresentar a proposta mais vantajosa para a administração.

A realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, adotando o **critério de julgamento de menor preço**, objetiva a adoção da solução mais conveniente e eficiente sobre o ponto de vista da gestão dos recursos públicos, porquanto toda atividade administrativa envolve uma relação sujeitada ao enfoque de custo-benefício, delineado pelo princípio da economicidade.

A contratação do serviço em estudo caracteriza-se como de **natureza contínua**, nos termos do **Art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus serviços e suprimentos são necessários à Administração para a manutenção da atividade administrativa decorrente de necessidades permanentes. Tal enquadramento atende, inclusive, aos preceitos estabelecidos pelo TCU, que define a continuidade pela "sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."** (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008).

Sendo assim, a contratação do serviço de vigia é indispensável à UFOB em virtude da necessidade de assegurar a integridade do acervo patrimonial institucional, auxiliando para a não depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que possam resultar em dano ao patrimônio público. Além disso, com a ampliação das atividades e o crescimento do número de pessoas circulando nas áreas pertencentes à UFOB, a prestação desse serviço torna-se ainda mais crucial para o bom funcionamento da universidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro Multidisciplinar de Barra, Bahia	Romenique da Silva de Freitas
Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Bahia	Tony Silva Almeida
Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, Bahia	Vera Regiane Brescovici Nunes
Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, Bahia	Bruno Trindade Reis
Superintendência Administrativa do CRES	Marcus Vinicius Soares Figueiredo Castro Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos Gerais

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigia, com dedicação exclusiva de mão de obra, para todas as unidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia é de natureza comum, pois enquadra-se na classificação nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021, isto é, são serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Os serviços são considerados como essenciais, portanto, caracterizados como de natureza contínua em razão da necessidade permanente assegurar a integridade do acervo patrimonial institucional, auxiliando para a não depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público.

Em caso de divergência entre as descrições e especificações do CATSER e deste estudo, prevalecem as do último.

O contrato que envolve a prestação do serviço público em questão poderá prever mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Com o intuito de resguardar a Administração pública e de selecionar empresas capazes de prestar um serviço satisfatório, será solicitado aos interessados para atenderem às exigências constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

Será solicitado como comprovação de habilitação técnica a apresentação de atestado de capacidade técnica compatível nos moldes da legislação vigente.

Considerando que o serviço em questão tem natureza continuada, será celebrado contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei Nº 14.133/2021.

A Contratada deve atender, no que couber, aos seguintes requisitos:

- Entregar serviço com especificações adequadas e compatíveis com a necessidade institucional;
- Contribuir para o respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais pelo cumprimento das normas trabalhistas e previdenciárias em relação aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços;
- Observar as práticas de sustentabilidade ambiental previstas em leis, decretos, e resoluções de órgãos ambientais e a origem legal dos insumos necessários à prestação dos serviços;
- Atender normas técnicas brasileiras aplicáveis aos materiais disponibilizados durante a execução dos serviços, conforme for o caso;
- Cumprir obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato.

4.2 Requisitos quanto a sustentabilidade

Para o fornecimento dos serviços, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (versão atualizada).

Considerando os materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação de serviços, a Contratada deverá observar o seguinte:

- garantir que os materiais utilizados na prestação dos serviços sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- garantir que os materiais utilizados na prestação dos serviços não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, enfatizando aos colaboradores a consciência de hábitos sustentáveis, como apagar as luzes ao sair do ambiente, uso racional de água, equipamentos de ar condicionado, redução de número de impressões em papel, correta disposição de resíduos a ser descartado, e outros;

- treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- Zelar pelo patrimônio material (construções, lugares, obras de arte, objetos e documentos);
- fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- desenvolver ou adotar práticas de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - a. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - b. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

No tocante ao manejo de resíduos sólidos, deve ser também observada a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, no manejo de resíduos sólidos recicláveis, as previsões legais referentes à inclusão de associações e cooperativas de catadores.

O Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Oeste da Bahia foi aprovado pelo ato decisório CGAG/CONSUNI/UFOB nº. 42, de 09 de setembro de 2024, e seus termos foram considerados para determinar os requisitos desta contratação. (link: https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/atos-decisorios/2024/cgag/copy3_of_ATODECISRIOCGAG0422024AprovaoPlanodeGestodeLogsticaSustentvelPLSdaUFOBProc.23520.012005202314.pdf).

Ademais, o aspecto ambiental não deve ser condição de habilitação do certame, mas sim, observado na correta e motivada especificação do objeto.

4.3 Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4 Condutas vedadas à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

- I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
- IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

4.5 Locais de prestação dos serviços

LOCAL	ENDEREÇO
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Rua Professor José Seabra de Lemos, 316, Bairro Recanto dos Pássaros, CEP 47808-021, Barreiras, Bahia.
CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Campus Reitor Edgard Santos, Rua da Prainha, 1326, Bairro Morada Nobre, CEP 47810-047, Barreiras, Bahia.
LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DA SAÚDE - LDS	Laboratórios Didáticos da Saúde, localizado na Rua Barão de Cotegipe, 365, CEP 47807-280, Barreiras, Bahia.
LABORATÓRIOS INTEGRADOS DA SAÚDE	Pavilhão dos Laboratórios Integrados de Saúde (LIS) da Universidade Federal do Oeste da Bahia, localizado na área anexa ao Hospital Eurico Dutra, Rua Paulo Afonso, s/n, Barreirinhas, CEP 47813-640, Barreiras, Bahia.
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DA BARRA - CMB	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Avenida 23 de agosto, 860, Bairro Assunção, CEP 47100-000, Barra, Bahia.
HOSPITAL VETERINÁRIO UNIVERSITÁRIO - UFOB	Praça Antônio Luiz Camandaroba, S/N, Bairro Centro, CEP 47100-000, Barra, Bahia.
FAZENDA ESCOLA	Alto do Quinto, S/N, Bairro Zona Rural, às margens da BA 161, CEP 47100-000, Barra, Bahia.
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE BOM JESUS DA LAPA - CMBJL	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Avenida Manoel Novaes, 1064, Bairro Centro, CEP 47600-000, Bom Jesus da Lapa, Bahia.
	Rua Jaime Neto, 462, Amaralina, CEP 47.600-000, Bom Jesus da Lapa, Bahia.

GALPÃO OFICINA DIDÁTICA DE ENGENHARIA MECÂNICA - CMBJL	
CAMPUS DE BOM JESUS DA LAPA	Fazenda Itaberaba, S/N, BA 160, CEP 47.600-000, Bom Jesus da Lapa, Bahia.
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES - CMLEM	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Rua Itabuna, 1278, Bairro Santa Cruz, CEP 47.855-218, Luís Eduardo Magalhães, Bahia.
CAMPUS DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	Av. Tancredo Neves, s/n, aos fundos Fazenda São Pedro, ao lado do Complexo Bahia Farm Show, Zona Rural, CEP 47850-000, Luís Eduardo Magalhães, Bahia.
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - CMSMV	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Praça Argemiro Filardi, s/n, Bairro Sambaíba, CEP 47640-132, Santa Maria da Vitória, Bahia.
ANEXO I - CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - CMSMV	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Avenida Brasil, 919 - A, CEP 47641-095, Santa Maria da Vitória, Bahia.
ANEXO II - CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - CMSMV	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Rua Capitão José Alfaiate, 88, Antiga CONAB, Centro, CEP 47640-140, Santa Maria da Vitória, Bahia.
ANEXO III - CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - CMSMV	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Rua Coronel Clemente de Araújo Castro, S/N, Centro, CEP 47640-032, Santa Maria da Vitória, Bahia.

4.6 Enquadramento da categoria profissional

4.6.1 Vigias

A categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é a seguinte: CBO 5174 - Porteiros, vigias e afins - Títulos 5174-20 - Vigia.

4.6.1.1 Descrição Sumária

Zelam pela guarda do patrimônio e exercem a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para prevenir perdas, evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas e veículos, identificando, orientando e encaminhando-os para os lugares desejados; recebem e escoltam pessoas, mercadorias e correspondências; fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

4.6.1.2 Formação e experiência

O acesso a essas ocupações requer ensino fundamental completo, com no mínimo um ano de experiência na ocupação.

4.6.3 Competências Pessoais:

- a. Manter postura profissional, ética e respeitosa no ambiente de trabalho;
- b. Demonstrar atenção e capacidade de observação do ambiente;
- c. Manter autocontrole em situações de pressão ou conflito;
- d. Demonstrar organização e responsabilidade no cumprimento das rotinas de trabalho, com capacidade de administrar o próprio tempo;
- e. Demonstrar proatividade e iniciativa no desempenho das atividades;
- f. Comunicar-se de forma clara e adequada, com fluência verbal, mantendo relacionamento respeitoso com colegas e com o público;
- g. Demonstrar capacidade de lidar com o público de forma cordial e desinibida;
- h. Trabalhar em equipe e colaborar para o bom funcionamento das atividades de segurança patrimonial;
- i. Manter discrição e sigilo no tratamento de informações internas ou sensíveis relacionadas às atividades institucionais, evitando divulgação indevida;
- j. Comunicar ocorrências relevantes ou irregularidades exclusivamente aos superiores hierárquicos ou à fiscalização do contrato, conforme os procedimentos estabelecidos;
- k. Registrar ocorrências de forma clara, objetiva e detalhada;
- l. Demonstrar iniciativa na identificação e comunicação de situações de risco ou irregularidades.

4.6.2 Encarregado

A categoria profissional que será empregada no serviço de encarregado, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é a seguinte: CBO 4101 - Supervisores administrativos - Título 4101-05 - Supervisor administrativo.

4.6.2.1 Descrição Sumária

Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

4.6.2.2 Formação e experiência

Ensino médio completo, com conhecimento do ambiente Windows, das ferramentas Word, Excel e Power Point, e com no mínimo um ano de experiência na ocupação.

4.6.2.3 Competências Pessoais

- a. Dinamismo e iniciativa;
- b. Senso de organização;
- c. Aptidão para atendimento ao público;
- d. Capacidade de se comunicar com desenvoltura e cordialidade;
- e. Postura compatível com as atividades.

4.7 Materiais e equipamentos a serem fornecidos

4.7.1 Para a perfeita execução dos serviços, são necessários os seguintes materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios:

- a. **Lanterna recarregável de longo alcance:** Para uso noturno e em locais com baixa iluminação. Deve ser fornecida por posto de serviço (referência noturno);
- b. **Lanterna led recarregável de bolso:** Deve ser fornecida por vigia;
- c. **Rádio Comunicador (Modelo Profissional de Longa Distância):** Para comunicação rápida e eficaz com a central de segurança ou colegas, um modelo profissional de rádio comunicador com alcance de longa distância e alta capacidade de bateria com longa duração (em torno de 24 horas de uso contínuo), garantindo eficiência em áreas extensas e em turnos prolongados sem a necessidade de recarga frequente. Deve ser fornecida por posto de serviço (referência noturno).
- d. **Coletes Refletivos com bolsos:** Para aumentar a visibilidade dos vigias, especialmente à noite ou em locais com baixa iluminação. Deve ser fornecida por vigia.
- e. **Bastão de ronda:** para controle das rondas efetuadas com no mínimo 10 “buttons”. Deve fornecer relatório certificado das rondas efetuadas. Deve ser fornecido por posto de serviço (referência noturno).
- f. **Guarda-chuva Resistente:** guarda-chuva de alta resistência e tamanho adequado para proteção em dias de chuva, garantindo que o vigia possa continuar suas atividades externas sem interrupções, especialmente durante rondas a pé, mesmo em condições climáticas adversas. Deve ser fornecido por posto de serviço (referência noturno).
- g. **Uniformes Padronizados:** Confortáveis e com boa visibilidade, transmitindo profissionalismo e autoridade. Deve ser fornecida por vigia.
- h. **Apito com cordão:** Para chamar a atenção em caso de emergência. Deve ser fornecida por vigia.
- i. **Binóculo:** Para observações de longa distância. Deve ser fornecida duas unidades por campus.
- j. **Caderno de Ocorrências:** destinado ao registro de eventos relevantes durante o turno de vigilância, devendo ser fornecido continuamente pela empresa enquanto presta o serviço.

4.8 Simples Nacional e Regime Tributário da Contratada

Nos termos do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, é vedada a permanência no Simples Nacional às empresas que realizem cessão ou locação de mão de obra.

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

(...)

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

Todavia, admite-se a participação, no presente certame, de empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que observadas as disposições legais quanto à manutenção ou exclusão do referido regime tributário.

Para tanto, cita-se o disposto no art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123/2006, por meio do qual as atividades de prestação de serviços de vigilância, limpeza e conservação constituem exceção à vedação prevista no dispositivo sobredito, podendo as empresas permanecerem no Simples Nacional, desde que enquadradas no Anexo IV da referida Lei Complementar.

(...)

*§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:*

(...)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

Dessa forma, a contratada deverá observar as seguintes condições:

- a. Empresa optante pelo Simples Nacional enquadrada nas exceções legais (Anexo IV):
 - i. Poderá permanecer no Simples Nacional, devendo, entretanto:
 1. Recolher a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) fora do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), nos termos do art. 18, § 5º- C;
 2. Considerar, na formação de sua proposta, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários aplicáveis ao regime;
 3. Comprovar, quando solicitado pela Administração, seu enquadramento e regularidade fiscal.
- b. Empresa optante pelo Simples Nacional não enquadrada nas exceções legais:
 - i. Caso a atividade executada caracterize cessão ou locação de mão de obra e não esteja abrangida pelas exceções previstas na legislação:
 1. Deverá promover sua exclusão do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 /2006;
 2. Passará a se submeter ao regime de tributação aplicável (lucro presumido ou lucro real);
 3. Deverá adequar sua estrutura de custos e encargos à nova realidade tributária, sem prejuízo da execução contratual.
- c. Formação de preços:
 - i. As licitantes deverão elaborar suas propostas considerando o regime tributário ao qual estejam submetidas ou ao qual venham a se submeter em razão da execução contratual, sendo vedada a apresentação de propostas com base em regime incompatível com a legislação aplicável ao objeto.
- d. Responsabilidade da contratada:
 - i. A contratada será integralmente responsável pelo correto enquadramento tributário durante toda a execução do contrato, não cabendo à Administração arcar com eventuais diferenças decorrentes de enquadramento inadequado ou alteração de regime.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento das necessidades da UFOB, são percebidas as seguintes opções:

1. **Contratação direta de cargos públicos para a execução de serviços de vigia**

A contratação direta de trabalhadores para exercer atividades de vigia ou segurança patrimonial por órgãos públicos federais não é juridicamente adequada, especialmente em razão da inexistência ou extinção do cargo público correspondente na estrutura da Administração Pública Federal, bem como das normas constitucionais que disciplinam o ingresso no serviço público.

2. Contratação de serviços por execução indireta por tarefa

Considerando que o serviço é de natureza contínua, não é viável a contratação de serviços por tarefa, uma vez que as atividades necessitam ser realizadas de forma corriqueira, contínua e cumpridas com presteza.

3. Contratação de serviços com mão de obra exclusiva

A contratação de serviços de vigia com mão de obra exclusiva é de natureza comum, de recorrente contratação pelos órgãos públicos e não está descrita no rol de atividades vedadas à execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto nº. 9.507/18).

No mercado existe uma grande quantidade de empresas do ramo dos serviços demandados de modo a atender às necessidades institucionais em sua plenitude. A solução permite a eficiência da segurança patrimonial da instituição, considerando que a mão de obra está à disposição de forma exclusiva.

5.1 Análise e escolha da solução

Após análise do mercado atual, no que tange ao serviço de vigia, evidencia-se que este deve ser gerido por meio da contratação de empresa especializada no fornecimento de profissionais terceirizados com dedicação exclusiva, visto que o serviço está no rol de atividades meio para a administração pública. Logo, não é possível a realização de concurso público para suprir a demanda, como também não é viável a contratação de serviços por tarefa. Entende-se que a Solução 3 se adequa a nossa instituição.

A escolha da solução de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra vai ao encontro do disposto na IN 05/2017 e no Decreto nº 9.507/2018 e apresenta-se como melhor opção para a administração, tendo em vista a necessidade da realização de tais atividades diariamente.

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida baseia-se na contratação de serviços de vigias diurnos e noturnos, na forma de mão de obra exclusiva, para atuar nos cinco Campi da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

A Comissão de Planejamento da Contratação indica a adoção do Pregão Eletrônico para selecionar a futura Contratada, afastando o uso do Sistema de Registro de Preços - SRP, considerando as peculiaridades dos serviços no que se refere às questões trabalhistas e locais de prestação de serviços, além de indicar a contratação integral dos postos previstos neste estudo.

Os serviços que compõem a solução não estão previstos em Catálogos Eletrônicos de Padronização gerenciados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e não se enquadram como bens de luxo, em observância ao art. 20 da Lei 14133/21 e Decreto nº 10818/21.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Na presente data, o quadro de vigias dos Campi desta Universidade (Centro Multidisciplinar de Barra, Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, Campus Reitor Edgard Santos) está distribuído num total de 90 (noventa) vigias e um encarregado.

Campus de Barra (6 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	1	Diurno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	2	Noturno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	1	Noturno	Hospital veterinário
Vigia	12x36	1	Diurno	Fazenda Escola
Vigia	12x36	1	Noturno	Fazenda Escola
Campus Reitor Edgard Santos (21 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	8	Diurno	Campus Reitor Edgard Santos - CRES
Vigia	12x36	9	Noturno	Campus Reitor Edgard Santos - CRES
Vigia	12x36	1	Diurno	Laboratórios Didáticos da Saúde - LDS
Vigia	12x36	1	Noturno	Laboratórios Didáticos da Saúde - LDS
Vigia	12x36	1	Diurno	Laboratórios Integrados da Saúde - LIS
Vigia	12x36	1	Noturno	Laboratórios Integrados da Saúde - LIS

Administração Central (4 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Quantidade	Plantão	Local
Vigia	12x36	2	Diurno	Administração Central
Vigia	12x36	2	Noturno	Administração Central
Campus de Bom Jesus da Lapa (5 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	2	Noturno	Sede do Campus
Vigia	12x36	1	Diurno	Sede do Campus
Vigia	12x36	1	Noturno	Galpão de engenharia Mecânica
Vigia	12x36	1	Diurno	Galpão de engenharia Mecânica
Campus de Luís Eduardo Magalhães (4 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	2	Diurno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	2	Noturno	Centro Multidisciplinar
Campus de Santa Maria da Vitória (5 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	2	Diurno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	3	Noturno	Centro Multidisciplinar
Quantidade Total			45 postos que equivalem a 90 vigias	

Esse quantitativo ainda consegue atender as demandas da Universidade de forma regular, porém, para melhorar o desempenho do serviço e o monitoramento das áreas à disposição da UFOB, haverá a necessidade de ampliação do número de postos.

Outrossim, tendo em vista o crescimento e ampliação da Universidade como um todo, por exemplo, a construção de unidades próprias dos campi fora de sede, como o Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa e o Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, haverá necessidade futura de ampliação no quadro de vigias, elevando a estimativa para o contrato em questão a um total de 136 (cento e trinta e seis) vigias, conforme tabela abaixo:

Campus de Barra (9 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	2	Diurno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	2	Noturno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	1	Noturno	Hospital veterinário
Vigia	12x36	2	Diurno	Fazenda Escola
Vigia	12x36	2	Noturno	Fazenda Escola
Campus Reitor Edgard Santos (27 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	11	Diurno	Campus Reitor Edgard Santos - CRES
Vigia	12x36	12	Noturno	Campus Reitor Edgard Santos - CRES
Vigia	12x36	1	Diurno	Laboratórios Didáticos da Saúde - LDS
Vigia	12x36	1	Noturno	Laboratórios Didáticos da Saúde - LDS
Vigia	12x36	1	Diurno	Laboratórios Integrados da Saúde - LIS

Vigia	12x36	1	Noturno	Laboratórios Integrados da Saúde - LIS
Administração Central (4 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Quantidade	Plantão	Local
Vigia	12x36	2	Diurno	Administração Central
Vigia	12x36	2	Noturno	Administração Central
Campus de Bom Jesus da Lapa (9 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	1	Diurno	Sede do Campus
Vigia	12x36	2	Noturno	Sede do Campus
Vigia	12x36	1	Diurno	Galpão de engenharia Mecânica
Vigia	12x36	1	Noturno	Galpão de engenharia Mecânica
Vigia	12x36	2	Noturno	Terreno Próprio, nas etapas iniciais de obra
Vigia	12x36	2	Diurno	Terreno Próprio, nas etapas iniciais de obra
Campus de Luís Eduardo Magalhães (12 postos)				
Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	6	Diurno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	6	Noturno	Centro Multidisciplinar
Campus de Santa Maria da Vitória (7 postos)				

Tipo de posto	Jornada	Postos	Plantão	Local
Vigia	12x36	1	Diurno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	1	Noturno	Centro Multidisciplinar
Vigia	12x36	1	Noturno	Anexo I
Vigia	12x36	1	Diurno	Anexo II
Vigia	12x36	1	Noturno	Anexo II
Vigia	12x36	1	Diurno	Anexo III
Vigia	12x36	1	Noturno	Anexo III
Quantidade Total			68 postos que equivale a 136 vigias	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.065.862,60

No objeto atual, a Comissão de Planejamento elaborou uma planilha de formação de preços, conforme orienta a Instrução Normativa de nº 05 de 26 de maio 2017, do MPOG, utilizando os valores de salário, vale alimentação entre outros valores que compõem a remuneração da categoria, conforme disposto na Convenção Coletiva de Trabalho (SEAC/SINDILIMP 2025/2026), bem como foram utilizados os percentuais previstos em dispositivos legais para rubricas como FGTS, ISS e outros.

Para a estimativa da rubrica referente aos uniformes da categoria e materiais a serem disponibilizados para a prestação de serviços, foi realizada pesquisa de preço conforme orienta a IN 65/2021, priorizando a pesquisa a partir de contratações similares de outros entes da Administração Pública.

Assim, o valor total estimado para a contratação é de **R\$ 9.065.862,60** (nove milhões, sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), conforme tabela abaixo.

QUADRO RESUMO DOS SERVIÇOS					
Item	Função	Quantidade	Preço Unitário Posto (R\$)/mês	Preço Anual do Posto (R\$)	Preço Global (R\$)/ano
1	VIGIA DIURNO 12X36h (Salário equivalente na Convenção Coletiva SEAC-BA/SINDILIMP-BA 2025/2026)	32	R\$ 10.465,10	R\$ 125.581,20	R\$ 4.018.598,40
2	VIGIA NOTURNO 12X36h (Salário equivalente na Convenção Coletiva SEAC-BA/SINDILIMP-BA 2025/2026)	36	R\$ 11.496,80	R\$ 137.961,60	R\$ 4.966.617,60
3	ENCARREGADO DE APOIO 44h SEMANAIS (Salário equivalente na Convenção Coletiva SEAC-BA/SINDILIMP-BA 2025/2026)	1	R\$ 6.720,55	R\$ 80.646,60	R\$ 80.646,60
VALOR TOTAL					R\$ 9.065.862,60
VALOR MENSAL					R\$ 755.488,55

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que os serviços terceirizados a serem contratados não requerem um alto nível de especialização e que as empresas que atuam no mercado prestam todos os serviços elencados neste Estudo Técnico Preliminar, não sendo especializadas em apenas um tipo de serviço, mas sim na administração de recursos humanos e também na locação de mão de obra, e considerando que a gestão dos itens possuem interdependência, optou-se pelo agrupamento dos itens da contratação, tornando a contratação técnica, econômica e administrativamente viável, sobretudo, mais vantajosa para a Administração, no mesmo entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, previsto no Acórdão nº 1214/2013 – Plenário do TCU: “no caso dos serviços terceirizados, a partir da experiência relatada pelos agentes públicos que participaram do grupo de estudos, como regra, não se revela benéfico o parcelamento para a execução de serviços com menor nível de especialização, como aqueles prestados por garçom, mensageiro, motorista, recepcionista etc. Isso porque as empresas que atuam no mercado prestam todos esses tipos de serviço, sendo especializadas não em algum deles especificamente, mas na administração de mão de obra”.

Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade das licitações e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o custo fixo por posto de trabalho será maior. Além disso, aumentaria a dificuldade de gerenciamento dos contratos por parte da administração, que teria de se relacionar com um maior número de empresas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal deste estudo, interligando-se a ele, mas que não precisam, necessariamente, serem adquiridas para a completa utilização do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa utilização com eficiência e eficácia.

No caso do presente ETP, existem contratações correlatas que podem melhorar o desempenho da segurança dentro da universidade, como:

1. Monitoramento de Câmeras (CFTV): Supervisão em tempo real de câmeras instaladas no campus, identificando comportamentos suspeitos e respondendo rapidamente a incidentes.
2. Alarmes e Sistemas de Detecção: Instalação de alarmes contra invasões, detecção de incêndios e emergências para rápida resposta.
3. Segurança Eletrônica: Sistemas de vigilância eletrônica, como sensores de movimento e alarmes perimetrais, para impedir intrusões e garantir a proteção de áreas sensíveis.
4. Instalação de catracas eletrônicas nas áreas de acesso de pedestres de modo a facilitar o processo de identificação de pessoas e por consequência melhorar o desempenho do serviço de vigilância patrimonial.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) para o quadriênio 2025–2034, em especial ao seguinte Objetivo Estratégico:

OE08 – Aprimorar a governança e a gestão estratégica, fortalecendo a transparência, a participação e a integração entre todas as unidades organizacionais.

No âmbito do **Programa Estratégico P26 – Eficiência da Logística Pública Institucional**, a contratação coaduna-se com a seguinte **Iniciativa Estratégica**:

IE26.4 – Aperfeiçoar a gestão e fiscalização de contratos de serviços logísticos: Fortalecer práticas de gestão e fiscalização de contratos logísticos, incluindo serviços de transporte, entregas, limpeza, manutenção, **vigilância**, apoio operacional e outros serviços correlatos, assegurando o cumprimento de metas, prazos e qualidade contratual.

Dessa forma, resta evidenciada a correlação da contratação com o planejamento estratégico institucional, uma vez que os serviços demandados contribuem diretamente para o apoio às atividades acadêmicas e administrativas, assegurando condições adequadas para a execução da atividade finalística da Universidade, consubstanciada no ensino, na pesquisa e na extensão.

11.2 Plano de Contratações Anual

O item demandado encontra-se devidamente registrado no sistema PGC conforme PCA: 199/2026 e DFD: 54 /2026 PROAD.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Redução de incidentes criminosos como furtos, vandalismo e outros crimes no ambiente universitário, por meio do controle de acesso aos espaços;
- Redução de custos com energia com a constante verificação dos espaços sem fluxo de pessoas;
- Redução de custos relacionados a reparos ou reposições de equipamentos e infraestrutura da universidade, assegurando a integridade do acervo patrimonial institucional, auxiliando para a não depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público;
- Redução do tempo de resposta em situações de emergência, como incêndios, incidentes de saúde ou ameaças de violência, minimizando os impactos negativos e aumentando a segurança de todos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há a necessidade de providências prévias para adequação do ambiente da organização para que a execução do objeto surta seus efeitos esperados, visto se tratar de um serviço essencial, contínuo e de natureza simples.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação objeto deste Estudo, a priori, não causará impactos ambientais, porém, a contratada deverá instruir seus funcionários sobre a importância das políticas de sustentabilidade, com atenção ao consumo consciente, aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos humanos.

A prestação do serviço deverá ser pautada em boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição, uso racional de água, energia elétrica e insumos, adotando medidas para evitar o desperdício, conforme item 4.2 deste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O Estudo Técnico Preliminar está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas formuladas pela instituição, atendendo de forma adequada as demandas apresentadas, tendo estas compatibilidades com os benefícios pretendidos, os riscos envolvidos, que são plenamente administráveis, além dos custos trazidos, configurando na economicidade almejada.

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigia, com dedicação exclusiva de mão de obra, para todas as unidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ratifico a viabilidade da contratação.

KALESSON MARTINS DE ALENCAR

Membro da comissão de contratação

Despacho: Ratifico a viabilidade da contratação.

MARCUS VINICIUS SOARES FIGUEIREDO CASTRO SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Ratifico a viabilidade da contratação.

CHARLES BISPO FERREIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Ratifico a viabilidade da contratação.

LINDOMAR ALVES FERREIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Ratifico a viabilidade da contratação.

VANESSA ROSARIO CARNEIRO MARANHÃO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Ratifico a viabilidade da contratação.

LENILTON RIBEIRO FERNANDES

Membro da comissão de contratação